

# A Teoria do Desenvolvimento Sustentável e a Efetiva Participação da Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaça no Desenvolvimento Local

## The Theory of Sustainable Development and the Effective Participation of Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaça in the Local Development

José Paulo Fagundes<sup>1</sup>  
Lisandra dos Santos Zorzella<sup>2</sup>

### Resumo

As dificuldades encontradas pelos projetos de desenvolvimento em atingir as pequenas comunidades são frutos de planos macroestruturais que sempre tentaram refletir em todos os setores os investimentos de base. Os poucos resultados desses planos “econômicos” refletem a impossibilidade de promover o desenvolvimento sem descer ao último nível, isto é, todos os projetos de desenvolvimento deveriam ser seguidos de baixo para cima. O desenvolvimento local privilegia as “coisas da terra”, ou se apropria dos “saberes locais”. Os investimentos em projetos locais vêm ao longo do início desse século promovendo debates acerca da validade do macro sobre o micro. A partir dos conhecimentos nativos, alguns projetos locais promoveram verdadeiras revoluções nas relações sociais e culturais. O caso da Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá (Coopercuc) é reflexo da apropriação de frutas nativas que sempre estiveram à disposição das comunidades e somente após um projeto de exploração econômica é que se fortaleceram as condições dos cooperados. Este artigo analisou a efetividade da cooperativa em promover os ganhos sociais e econômicos para seus associados e para a comunidade do entorno, preservando a natureza em direção às liberdades e bem-estar de todos. A pesquisa de campo realizada com cooperados e com a comunidade possibilitou verificar o sucesso do empreendimento nas dimensões: social, econômica e ambiental. O aumento de renda e as políticas de preservação da natureza associadas à elevação da autoestima dos cooperados, confirmou como projetos locais são eficazes na promoção do bem-estar das comunidades.

**Palavra-chave:** Cooperativa. Desenvolvimento sustentável. Desenvolvimento local.

<sup>1</sup> Economista (UFSC). Especialista em Finanças corporativas (PUC-RIO) e Gestão Agroindustrial (Ufla-MG), Mestre em Desenvolvimento Sustentável (Upe). Professor da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). jpfagundes.ccr.ufsm@gmail.com

<sup>2</sup> Economista pela Facape/PE. lisandrazorzella.ccr.ufsm@gmail.com

---

## **Abstract**

---

The difficulties founded by the development projects in to achieve the small communities are result of macro structural plans that always tried to reflect in all sectors of base investments. The poor results of these “economic” plans reflect the impossibility of promote the development without go down to the last level, it means, all the projects of development should be followed from down to top. The local development privileges the “things of earth”, or it appropriates the “local knowledge”. The investments in local projects come along the beginning of this century promoting debates about the validity of macro over micro. From the native knowledge, some local projects promoted real revolutions in the social and cultural relationship. The case of Coopercuc is a reflect of the appropriation of native fruits that always were at disposition of communities and, only after a project of economic exploration, that the conditions of the associated were fortified. This article analyzed the effectiveness of cooperative in promote the social and economic gains to its associate and to the community around, preserving the nature, in direction to the freedom and welfare of all. The field research with cooperative members and the community enabled to verify the success of the enterprise in all the dimensions: social, economic and environmental. The increase of income, the politics of nature preservation associated with the raising of self-esteem of cooperative members confirmed how the local projects are effective in the promotion of welfare of the communities.

**Keywords:** Cooperative. Sustainable Development. Local Development.

As múltiplas crises do capitalismo globalizado apresentadas desde o final da década de 70 até o início do século 21 descortinaram a impossibilidade das políticas de Estado, ou seja, políticas macroestruturais, em resolver as diferenças na distribuição de investimentos produtivos por todas as regiões.

O desenvolvimento econômico buscado por políticas nacionais do tipo “deixar crescer o bolo para depois fatiá-lo” não possibilitaram a retirada de brasileiros do estado de pobreza. Pelo contrário, observou-se nesse período (Milagre Econômico) a concentração de renda e investimentos nas regiões Sul e Sudeste.

Os resultados mostraram, ao longo da década de 90, que investimentos feitos de forma globalizada não alcançaram as localidades ou territórios mais distantes. Foi, então, que o debate sobre desenvolvimento local tomou corpo nas academias e gabinetes de governos na busca por promover a escalada da ascensão social das parcelas menos favorecidas das comunidades fora do eixo de crescimento.

Segundo Fagundes (2010b), o desenvolvimento local é o que apresenta maiores possibilidades de se tornar sustentável no longo prazo. A sustentabilidade dos projetos locais é, também, o que apresenta maior dinamismo na distribuição da renda entre os atores envolvidos e maior sinergia com outros atores e outras atividades desenvolvidas no entorno, fazendo com que grande parte da renda gerada permaneça no local.

Os projetos sustentáveis privilegiam os “saberes locais”, despertam o conhecimento e a cultura e aproximam as comunidades e a natureza. Seja pela atividade industrial, agrícola ou pelos serviços, a dinâmica de geração de emprego e renda deve levar em consideração o relacionamento com a cultura, o meio ambiente e o social.

Nessa perspectiva, a Cooperuc se desenvolveu a partir de 1986, ano em que a cooperativa foi criada e passou a atuar nos municípios baianos de Canudos, Uauá e Curaça, onde os cooperados residem e efetuam coletas e

processamento das frutas nativas. Várias receitas locais das senhoras, que há décadas trabalham produzindo doces para consumo familiar foram apoiadas e desenvolvidas pelo projeto de desenvolvimento da cooperativa. Esse projeto aproximou as comunidades com dificuldades semelhantes, como a seca e a pobreza extrema. Utilizando-se dos potenciais locais, possibilitou a geração de renda, emprego e foi mais além: resgatou a dignidade dos desvalidos tornando-os associados de um empreendimento onde os mesmo são donos dos seus destinos.

Neste contexto, este artigo analisou, sob a teoria do desenvolvimento sustentável, a efetividade da Coopercuc em promover os ganhos sociais e econômicos para seus associados e para o desenvolvimento local.

## **O Estado da Arte**

### ***Desenvolvimento Sustentável***

A dificuldade em definir “desenvolvimento sustentável” é resultado da sua própria ambiguidade. A tentativa de uma definição genérica esbarra na diferença de entendimento do que seja desenvolvimento. Segundo Almeida et al. (2000), as definições variam conforme os objetivos dos agentes do desenvolvimento.

De acordo com Acselrad (1993) e Redclift (1995) (apud Brüseke, 1995), duas são as linhas de definição sobre sustentabilidade. A primeira seria a manutenção do desenvolvimento econômico com certa preservação ambiental e melhoria social. A natureza passa, então, a ser capital que necessita ser precificado e contabilizado como custo na produção. Esse fato representa uma franca evolução da teoria Neoclássica, que considera as externalidades falhas de mercado, que fazem com que determinados efeitos de atividades econômicas não sejam contabilizados no processo de transação. A segunda linha trata das limitações da economia pela escassez da natureza, considerando o desenvolvimento incoerente com a preservação.

Outra corrente, segundo Leff (1998), sugere uma nova teoria de desenvolvimento baseada nos valores do ambientalismo. Embora limitado pelos conceitos e paradigmas racionais do sistema econômico, esse novo modelo internaliza custos ambientais e adota indicadores de sustentabilidade sobre os recursos naturais.

De acordo com Sachs (2004), trata o desenvolvimento sustentável em duas polaridades: uma em que há injustiça social e outra em que há ameaça ao desenvolvimento pela deterioração ambiental. Sob esses dois pilares constroem-se os diversos conceitos de desenvolvimento sustentável.

Ainda, segundo Sachs (2004), um desses conceitos é que o desenvolvimento sustentável traça suas diretrizes sob a égide da manutenção das gerações presentes e das futuras. Defende o autor a adoção de critérios de viabilidade econômica, social e ambiental em todas as ações da sociedade.

Apesar da ampla discussão, ainda não há consenso sobre um tema tão complexo. Embora cercado por tantos interesses e conceitos, até certo ponto divergentes, esse artigo utiliza como definição de Desenvolvimento Sustentável a mais frequente: “*atender as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras*” (World Commission on Environment Development, 1972, 1992).

### ***Desenvolvimento Local***

No pensamento de Sanches de La Puerta (1996 apud Fagundes, (2010a), conceituar desenvolvimento é uma tarefa difícil em função da complexidade dos elementos que nos remete a noções carregadas de perspectivas naturalizadas, como progresso, crescimento; enfim, traz uma ideia intrínseca de que desenvolvimento gera mudança, e que essa mudança parte de uma condição de precariedade para uma condição de melhoria social.

Fagundes (2010b) classifica, como principais, três concepções de desenvolvimento: a primeira é concebida como evolução, usada para expressar o movimento histórico e linear de avanço da humanidade; a segunda é caracterizada como crescimento econômico; e na terceira é visto como um mito.

É sabido que a maioria dos projetos de desenvolvimento econômico foi concebida a partir de cima, com base em políticas traçadas e instituídas por agências tecnocráticas nacionais e internacionais, sem participação das comunidades afetadas por essas políticas. Os planos de desenvolvimento tradicionalmente se centravam na aceleração do crescimento econômico.

A fragilidade e a inconsistência teórica das abordagens macroestruturais implicaram revisão dos conceitos e críticas às concepções clássicas, surgindo, assim, o conceito de desenvolvimento local. Diferentemente da teoria clássica de desenvolvimento que leva em consideração apenas as variáveis econômicas de geração de riqueza, o desenvolvimento sustentável prioriza as diversas dimensões: econômico, social, cultural, política e ambiental, que passam, então, a ser incorporadas ao conceito. Fagundes (2010b) argumenta que nessa perspectiva o desenvolvimento é percebido como moderador das vocações locais para além da mensuração econômica.

O novo olhar sobre os conceitos de desenvolvimento é uma mudança nas referências teóricas as quais traziam uma abordagem estruturalista e economicista. As referências baseadas em contextos macroeconômicos de intervenção do Estado são gradativamente substituídas por uma referência com base no ator ou no agente de promoção do desenvolvimento. Trata-se de um processo endogenamente construído, baseado nas condições e recursos locais orientados de baixo para cima.

O conceito de local compreende a constituição do tecido social em que permeiam as relações entre os atores. O local passa a ser considerado, então, como uma forma social que constitui um nível de integração das

ações e atores, dos grupos e das trocas. Essa forma é caracterizada pela relação privilegiada com um lugar, que varia em sua intensidade e em seu conteúdo (Fiúza, 2005).

Segundo Buarque (2002), o desenvolvimento sustentável local é conceituado como um processo endógeno capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Nesta perspectiva, a promoção do desenvolvimento é orientada pelas necessidades e vontades dos atores locais. A observância das potencialidades de cada região ou territórios, pretende articular inovações que promovam ações coletivas de melhoria na renda e no bem-estar, fatores determinantes para criar condições de liberdade para as comunidades.

O desenvolvimento como liberdade (Sen, 2000) resume as mazelas de uma sociedade que não tem oportunidades. Segundo esse autor, o processo local gera condições de ascensão socioeconômica que levam à expansão das liberdades humanas. O autor argumenta que “*a privação da liberdade econômica, na forma de pobreza, pode tornar as pessoas, presas indefesas na violação de outros tipos de liberdade*”, ou seja, permite que comunidades em condição de pobreza tenham suas vontades aprisionadas à vontade de *outrem*. A promoção do desenvolvimento local pressupõe a “liberdade de realizar”, dentro desse contexto, também a liberdade econômica, social e cultural.

## O Cooperativismo e as Cooperativas

Segundo ensina Pereira (1999), a cooperativa é uma associação de pessoas com interesses comuns, economicamente organizadas de forma democrática, ou seja, contando com a participação livre de todos e respeitando direitos e deveres de cada um de seus cooperados, aos quais presta serviços sem fins lucrativos.

A doutrina cooperativa, tratada por Fagundes (2002), tem por objetivo melhorar a sociedade em todos os sentidos e em todos os momentos. Não é imposta, é absorvida. É humanista e prima pela liberdade econômica, social e democrática. Seu primado econômico social impõe a igualdade como princípio e a solidariedade como esforço comum. Uma postulação que parece recorrente entre os adeptos do cooperativismo, é de que a doutrina, ao modificar o homem, transforma a sociedade por intermédio desse mesmo homem.

Como, portanto, doutrina social que sintetiza a reforma da sociedade, o cooperativismo é também fundamentalmente filosófico ao aspirar ao aperfeiçoamento moral do homem, construindo para a melhoria econômica.

Com esses valores, parece óbvio que não foi o capital que organizou a primeira cooperativa ou formulou a doutrina cooperativista. Ela, entretanto, tampouco faz parte do ideário socialista. Foram pessoas comuns que deram os primeiros passos premidos pela adversidade imposta pelo capitalismo vigente na época da criação da primeira cooperativa. Segundo Irion (1997, p. 23), “o cooperativismo nasceu da crise social gerada pelo capitalismo, não da ideologia socialista”.

Segundo Irion (1997), o Congresso Internacional de Cooperativismo, realizado em Manchester (1995), revisou os princípios cooperativistas aprovados em 1966, em Viena. O Quadro 1 mostra, segundo Fagundes (2002), os princípios revisados do cooperativismo e classifica-os em princípios de solidariedade e liberdade, participação e democracia, e igualdade de oportunidades e justiça social.

Quadro 1 – Princípios do cooperativismo revisado

Solidariedade	Empreendimentos em comum exigem pessoas solidárias, indivíduos independentes, dispostos a estabelecer vínculos entre si, baseados no apoio mútuo.
Liberdade	O essencial é o direito de analisar os valores e os princípios e potencialidades dos movimentos para que os interessados possam transformar sua liberdade que é absoluta, fora da cooperativa, em liberdade voluntariamente relativa dentro dela, limitada por regras impostas que visem ao bem comum.

Democracia	Significa participação em todas as reuniões, o direito de opinião, as oportunidades de funções diretivas e o respeito ao direito das pessoas ainda que divergentes.
Justiça Social	A promoção econômica dos associados alia-se à educação, cultura, qualidade de vida, oportunidades de trabalho e de realização pessoal.
Equidade	Tem sentido especial no cooperativismo quando examinada por três vertentes: a associativa, a econômica e a social, as quais estão implícitas nos valores e princípios do cooperativismo.

Fonte: Adaptado de Fagundes (2002).

## ***A História do Cooperativismo***

O cooperativismo objetiva, segundo Oliveira (1996), difundir os ideais em que se baseia no intuito de atingir o pleno desenvolvimento financeiro, econômico e social de todas as sociedades cooperativas.

A cooperação sempre existiu nas sociedades humanas desde as eras mais remotas. Menos evoluída, menos agressiva, mas sempre como resultante da necessidade imperiosa de sobrevivência.

A história registra um conjunto de experiências interessantes entre diversos povos, que, de forma conjunta, procuram soluções aos problemas de sua época. A partir do momento em que as sociedades passaram a se desenvolver, surgiu a necessidade de organização do trabalho: “o processo produtivo é, por si, um processo social onde as pessoas precisam praticar a cooperação para conseguir criar riquezas” (Zamberlan, 1992, p. 35).

Segundo Benecke (1987), na América surgiram os Éjidos no México, antigas comunidades indígenas de ação solidária e mais tarde transformadas em cooperativas integrais de produção agrícola. Também os Astecas construíram uma grande comunidade cooperativa, criando coletivamente seus sistemas de irrigação. Outra experiência importante foi a dos Incas, no Peru, que praticavam semeadura e colheita de suas lavouras em comum, repartindo os resultados.

A cooperação, segundo Oliveira (1996), Benato (1994) e Pinho (1996), era vista, por seus integrantes, como necessidade, como meio de sobrevivência e, principalmente, como um agrupamento de pessoas que, na reciprocidade de seu trabalho, no conjunto de suas ideias e no esforço continuado de suas ações, realizavam seus propósitos e seus objetivos. Conforme esses autores: sem ideologias comunistas, socialistas ou anarquistas.

Segundo Benato (1994), as principais cooperativas instituídas de acordo com o modelo conhecido na atualidade surgiram na Inglaterra, no fim do século 18. A primeira cooperativa, organizada formalmente, foi a dos tecelões de Rochdale, que trabalhavam 14 a 16 horas por dia, moravam em casas sem o mínimo de conforto e pagavam muito caro pelo que comiam e vestiam. Com o surgimento da máquina a vapor, a situação veio a se agravar, significando o desemprego para muitos deles, o que levou os operários a se unirem, com a finalidade de se proteger contra o desemprego e se manter vivos, mediante a organização de uma cooperativa que pudesse supri-los do básico para viver, até conseguirem um novo emprego. Essa cooperativa ainda se propunha a cultivar uma área rural, plantando alimentos necessários para a sobrevivência dos operários desempregados e absorvendo pessoas excluídas do mercado de trabalho.

Em novembro de 1843 esses trabalhadores reuniram-se em assembleia para deliberar sobre o futuro, e se decidiram pela fundação de um Armazém Cooperativo, ou seja, uma sociedade que pudesse, pelo esforço conjunto de seus participantes, resolver o problema de cada um. Já em 28 de outubro de 1844, 27 homens e 1 mulher tornaram-se associados da primeira cooperativa que recebeu o nome de Rochdale Equitable Pioneers Society Limited, situada à Toad Lane (Ruazinha do Sapo) em Rochdale, distrito de Lancashire, na Inglaterra. Inicialmente o andar térreo foi alugado por 10 Libras (£ 10) ao ano, por um período de três anos, e o sucesso da cooperativa possibilitou que fossem alugadas as demais peças para fins de consumo e educação. Em 1970 várias cooperativas inglesas reuniram-se para comprar o prédio, e com auxílio de todos, foi fundado o “Toad Lane Museum” (Carneiro, 1981).

## ***Principais Precusores e Ideais do Cooperativismo***

Do século 17 ao 19, aparecem os principais precusores do modelo cooperativo espalhados em diferentes países e em ramos distintos. Na Inglaterra, as experiências cooperativas localizavam-se, especialmente, no setor de consumo, na França, no segmento da produção industrial e na Alemanha, no de crédito (Hansem, 1993 *apud* Pinho, 1996).

Dentre os principais precusores do Cooperativismo, de acordo com Hansem (apud Pinho, 1996), estão os seguintes pensadores: P. C. Plockboy e John Bellers, na Inglaterra do século 18, Robert Owen e William King da Inglaterra do século 19, François Charles Fourier, Michel Derrion, Phippe Buchez e Lois Blanc da França do século 19. Os pensadores Robert Owen e François Charles Fourier integravam a corrente pré-marxista denominada de *socialistas utópicos*.

Após a identificação dos primeiros pensadores, cabe focalizar alguns dos ideais referenciais do Cooperativismo, assim como da experiência de Rochdale, que foi e é considerada até a atualidade como o marco histórico de origem dessa nova forma de organização social e produtiva.

A despeito das considerações sobre o Cooperativismo, que definiam como um modelo de organização social e um modelo produtivo alternativo ao capitalismo, Pinho (1996) ressaltou que um dos ideais fundamentais das cooperativas baseava-se no respeito ao consumidor. Para essa autora, se na ordem políticas o cidadão era o soberano, na ordem cooperativa soberania pertencia ao consumidor. Desse modo, segundo a autora, o consumidor seria o principal elemento utilizado pela cooperativa na reforma da sociedade, e, ao mesmo tempo, seria, também, o fim precípua do cooperativismo. Mediante a união dos consumidores, poder-se-ia atingir o “reinado do consumidor”. Para se chegar a tal estágio, contudo, as cooperativas deveriam organizar-se por toda sociedade.

Esse processo de organização promoveria a instalação da chamada “República Cooperativa” ou “Democracia Econômica”. Segundo Charles Gide (apud Pinho, 1996), no entanto, para se chegar a esse ponto seriam necessárias algumas etapas: primeiro, o estabelecimento de cooperativas de consumo, em que o lucro capitalista seria abolido no intuito de se obter o “preço justo”; e, segundo, a criação de cooperativas de produção industrial, oriundas de fundos acumulados pelas cooperativas de consumo, acompanhada pela organização de cooperativas de produção agrícola.

A partir daí, tanto nas cooperativas industriais quanto nas agrícolas, poderia ser abolido o trabalho assalariado. Ainda conforme Pinho (1996), o cooperativismo possuía historicamente alguns princípios que nortearam a doutrina cooperativa:

Para Florão (1995), o ato da cooperação, fundamento do cooperativismo, teria variantes de acordo com o ambiente em que estivesse inserido, conforme é mostrado no Quadro 2. Desse modo, se o cooperativismo estivesse numa ordem social e econômica de cunho socialista, a cooperativa fundamentar-se-ia em doutrinas que privilegiam a dimensão comunitária. No caso de ser capitalista, conforme o autor, a cooperativa tenderia a efetuar um processo de distribuição desigual do produto.

Quadro 2 – Princípios de formação

Princípios gerais, de inspiração democrática	Adesão livre; controle democrático; imparcialidade política, religiosa e étnica; desenvolvimento da educação.
Princípios especiais	Vendas de acordo com “justo preço”; retorno <i>pro rata</i> das compras; vendas a dinheiro e à vista; juros limitados ao capital.

Fonte: Adaptado de Fagundes (2002).

Assim, no regime capitalista, mesmo que o cooperativismo apresentasse uma proposta democrática, de acordo com os princípios rochdaleanos (adesão livre, gestão democrática, juros baixo ao capital, retorno proporcional

às operações e transações em dinheiro), no essencial ele passaria a refletir, no meio em que estivessem atuando, as contradições do capitalismo (Florão, 1995).

Diante dessas visões diferenciadas, cabe, então, o conhecimento do processo de formação do modelo de cooperativa de Rochdale e dos princípios que o guiaram. Os princípios de cooperação e de ajuda mútua foram consagrados pelos pioneiros de Rochdale que nortearam e norteiam até hoje a formação das cooperativas do mundo contemporâneo.

No início do século 19, diante das transformações operadas pela Revolução Industrial e apesar do crescimento produtivo causado por ela, a situação dos trabalhadores era muito difícil: fome, carência de alimentos saudáveis, desemprego e péssimas condições habitacionais. Para os trabalhadores que permaneciam empregados poder-se-ia acrescentar a isso os baixos salários e as precárias condições de trabalho.

Esse quadro de degradação social e econômica atingiu, sensivelmente, os habitantes de Rochdale, uma cidade que havia atraído muitos migrantes do interior da Inglaterra e da Irlanda devido ao apogeu da indústria têxtil na região. Diante da desoladora situação, uma parte da população de Rochdale planejava emigrar para os Estados Unidos, pois não suportava mais a enorme crise social, e outra parte acreditava no crescimento dos movimentos operários e que, um dia, a classe operária seria vitoriosa. Um terceiro grupo, entretanto, apostava na criação e multiplicação das cooperativas, sobretudo as de consumo: entendia-se que estas seriam importantes instrumentos de libertação da classe trabalhadora, livrando-a da exploração capitalista, ou, pelo menos, diminuindo significativamente o sofrimento dos proletários (Schneider; Lauschner, 1982).

Diante desses fatos, segundo estes autores, os trabalhadores decidiram pela deflagração de um movimento para a discussão e o amadurecimento de um novo modelo de organização cooperativa. Foram feitas inúmeras reu-

niões. Sob a influência dos ideais de Robert Owen e dos ideais socialistas, convenceram-se de que era preciso mudar o contexto social, criando um espaço de maior dignidade para os trabalhadores.

## **Materiais e Métodos**

O caso estudado neste artigo foi escolhido a partir das percepções dos pesquisadores sobre o modelo adotado para a geração de renda e inclusão da comunidade local. Soma-se a isso o fato de esta cooperativa ser acessível aos pesquisadores, que buscaram uma aproximação ao ambiente onde ocorriam os fenômenos. Cabe ressaltar que, sendo um estudo exploratório, a profundidade das investigações pode determinar a possibilidade de se fazer inferências ou descobrir outras questões, variáveis ou elementos a respeito do assunto estudado, que podem ser exploradas em outras pesquisas.

A seleção dos sujeitos da pesquisa foi feita pelo método não probabilístico com amostragem por conveniência, a qual se caracteriza pelo fato de a seleção dos elementos da população depender, em parte, do julgamento do pesquisador, que seleciona membros mais acessíveis, tendo em vista a escassez de tempo, de recursos financeiros, materiais e pessoas (Sellitz, 1987 apud Fagundes, 2010b).

Quanto aos fins, trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva, e, quanto aos meios de investigação, trata-se de estudo de caso. O universo considerado desta pesquisa corresponde aos 142 cooperados da Coopercuc. A amostra utilizada neste estudo é do tipo não probabilístico, definida pelo critério de acessibilidade, sendo composta por 59 pessoas das comunidades de Caititu, Caldeirão dos Almeida, Marruá e a sede Uauá, representando 41,55% do universo de cooperados. Nesta pesquisa, que é de caráter quantitativo, optou-se pelo uso de questionário com perguntas semipadronizadas e fechadas, aplicado mediante entrevistas aos cooperados. O questionário, composto de 30 perguntas, foi dividido em 3 segmentos: o primeiro buscou identificar o perfil da cooperativa e dos cooperados quanto à formação de-

mocrática, o conhecimento dos princípios do cooperativismo, participação nas decisões e gestão e a questão de gênero; o segundo segmento tratou de identificar a percepção dos cooperados quanto à melhora na renda; e o terceiro, a reboque do segundo, verificar como os cooperados desfrutaram da melhora da renda, o que chamamos de “bem-estar”.

Os dados, depois de coletados, foram tabulados com a utilização da Planilha Eletrônica Excel. Esta tabulação serviu de base para a criação de gráficos para análise dos resultados da pesquisa. Os dados foram obtidos mediante a técnica de levantamento primário e utilização de estatísticas anteriores (dados secundários) e, quando necessária, a utilização de séries históricas, como, por exemplo: produção ao longo dos anos.

## **Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaça**

A Coopercuc, como é chamada a Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaça, está situada no norte baiano próximo à cidade de Juazeiro e distante, aproximadamente, 400km de Salvador. Localizada no Sertão nordestino, a região apresenta, segundo o IBGE (2010), um dos menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH)<sup>3</sup> do Brasil e uma das menores rendas *per capita* da Bahia. O solo árido e o baixo regime de chuvas, típico da caatinga, tornam ainda mais difícil a vida para as comunidades que residem nessa região e dependem de cisternas para armazenar água das chuvas.

---

<sup>3</sup> O objetivo da elaboração do Índice de Desenvolvimento Humano é oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, o IDH pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano. Não abrange todos os aspectos de desenvolvimento e não é uma representação da “felicidade” das pessoas, nem indica “o melhor lugar no mundo para se viver”. PNUD- *Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento*.

A atividade econômica predominante na região é a criação de caprinos e a agricultura familiar de sequeiro, isto é, extremamente dependente das chuvas e das políticas de governo, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Mesmo que a poucos quilômetros da área de inserção da Coopercuc existam canais dos projetos de irrigação, esses não alcançam os pequenos agricultores familiares do sertão; atendem apenas o agronegócio produtor de divisas para os cofres de uma economia dependente.

Contrária às dificuldades enfrentadas no sertão-árido, a Coopercuc buscou no sequeiro, região distante da água chamada fundo de pasto, a riqueza dessa terra. A natureza criou e lá deixou várias espécies vegetais que são capazes de armazenar água nos períodos mais secos do ano a exemplo do umbu (*Spondias tuberosa*, L.) ou ymb-u como era chamado pelos índios Tupi Guarani, ou “árvore que dá de beber” (Sibinelli, 2007; Zorzella, 2010).

Com enorme capacidade de armazenamento em suas raízes, o umbu resiste às mais cruéis secas e intempéries e abastece as comunidades de frutos entre os meses de dezembro a abril. Felizmente umbuzeiros centenários têm sido explorados e multiplicados de forma sustentável pela Cooperativa.

A coleta de umbu é feita de forma sustentável, e a utilização de uma fruta nativa para produzir doces que são vendidos até mesmo para países da Europa, tornam a cooperativa uma alternativa de renda viável e responsável para as comunidades de Canudos, Curaçá e Uauá.

Com 142 associados e, aproximadamente, 350 pessoas dependentes diretamente, a cooperativa instalada em Uauá, com uma unidade de beneficiamento central, atende a diversas comunidades como demonstra a Figura 1: Sítio do Tomaz e Mandacaru em Canudos; Marruá, Serra do Besta, Caldeirão dos Almeidas, Testa Branca, Lajes dos Aroceiras, Disterro, Caititus, Cocobocó em Uauá e, Patamuté, Cachaquí, Caladinho, Serra Conde e Brandão em Curaçá, onde miniusinas de beneficiamento coletam e preparam a matéria-prima dos doces.

Figura 1 – Comunidades da Coopercuc



Fonte: Coopercuc (2010).

A evolução da produção levou a cooperativa a processar, em 2011, 200 toneladas de frutas por ano, aproximadamente 1.300% a mais que as 15 toneladas de 2002 (Zorzella, 2010). Além do umbu, processa a goiaba, a banana, o maracujá e as coloca nos mais diversos pontos de vendas do país e do exterior.<sup>4</sup> O maior comprador da Coopercuc é o governo federal, por intermédio da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), representando 50% do total comercializado, que tem destinação ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para merenda escolar. Nesse programa

<sup>4</sup> Os produtos da Coopercuc são encontrados em diversas feiras internacionais, como a de Terra Madre na Itália. Também em pontos de vendas como a rede de supermercados Carrefour na França (Zorzella, 2010).

são atendidos, aproximadamente, 87 mil alunos de escolas públicas de 12 municípios do sertão baiano. São exportados 25%; outros 25% são vendidos em feiras e supermercados, principalmente de São Paulo, Juazeiro da Bahia, Petrolina e Salvador.

## ***Formação e Desenvolvimento***

Na década de 80 a chegada de 3 freiras à cidade de Uauá contribuiu para modificar a realidade de muitas famílias na região. A organização das mulheres era o objetivo para gerar renda e melhoria nas atividades das famílias. Logo chegaram as mulheres de Curaçá e Canudos, municípios vizinhos, com os mesmos problemas de falta d'água e pobreza extrema (Coopercuc, 2010).<sup>5</sup>

Em 1986 o grupo era representado por 20 mulheres produtoras de carnes, queijo de cabras e doces de frutas locais. Foi no início da década de 90, porém, que o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA), parceiro mais importante, promoveu o trabalho de base entre as famílias das agricultoras para a transferência de tecnologia de beneficiamento de frutas para industrialização de doces e geleias (Zorzella, 2010).

Em 2000 surge o “Grupo Unido do Sertão”, que se organiza em torno do beneficiamento das frutas locais, sendo o umbu o principal produto, para comercializá-las em escala. A evolução da união desse grupo levou, em abril de 2003, à criação da cooperativa que, em junho de 2004, seria registrada como Coopercuc,<sup>6</sup> com 44 cooperados.

Conforme pesquisa de Zorzella (2010), a primeira unidade de beneficiamento de frutas foi inaugurada em 2003 na cidade de Uauá, com capacidade de produzir 200 toneladas ao ano. Com o apoio de diversas

<sup>5</sup> Dados da pesquisa de campo, entrevistas e histórico de fundação da Coopercuc. Disponível em: <<http://www.coopercuc.com.br>>.

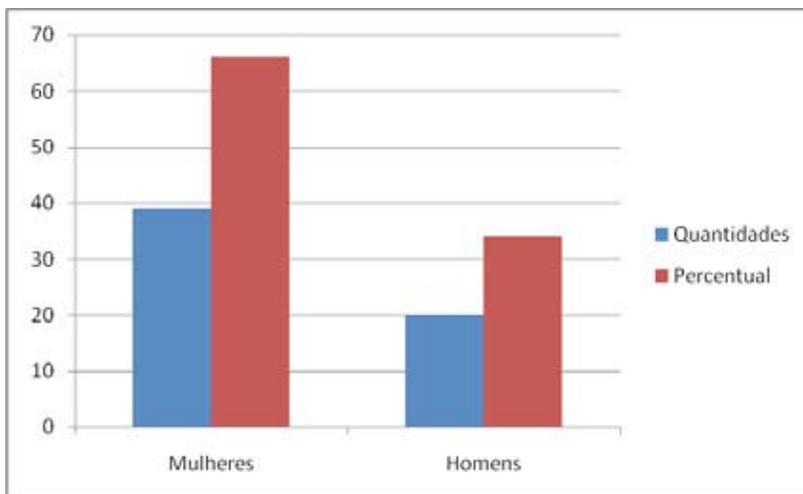
<sup>6</sup> Idem.

instituições como Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Instituto Federal do sertão Baiano (IF Sertão) e o IRPAA, a Coopercuc consegue adquirir máquinas e desenvolver o processo adequado para a produção de geleias e doces de umbu e maracujá. Em 2004, a Coopercuc participou do primeiro evento internacional: “Terra Madre” na Itália, evento que permitiu a abertura das portas da Europa. Em 2005, 10 miniusinas de beneficiamento de frutas foram instaladas nas comunidades distantes dos centros de Canudos, Uauá e Curaçá para atender à coleta e o processamento próximo das casas dos cooperados. Em 2006 foi criado o selo de certificação nacional e, em 2007, após o processo de certificação orgânica, a cooperativa faz sua primeira exportação para a França.

## Resultados e Discussões

Desde a formação da Coopercuc o público-alvo das três freiras que aportaram em Uauá foram as mulheres. Com o objetivo de completar a renda da família e buscar a sua autonomia social e financeira, as mulheres formaram a maioria dos cooperados. A Figura 2 demonstra a composição da base dos cooperados da Coopercuc segundo a amostra da pesquisa (59 cooperados). Pequenas agricultoras familiares em número de 39, representam 66,10% da amostra da pesquisa. Embora tenhamos hoje um número expressivo de homens, esses desempenham apenas trabalhos de coleta, armazenagem e transporte, representando 33,89% dos pesquisados.

Figura 2 – Composição da base dos cooperados da Coopercuc por gênero

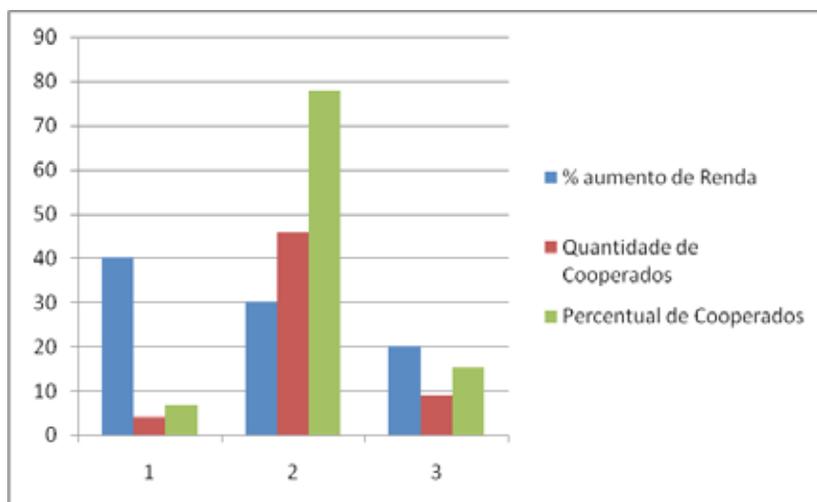


Fonte: Dados da pesquisa.

A questão referente à percepção dos cooperados sobre os rendimentos e do poder aquisitivo, antes e depois da cooperativa, mostrou que houve uma considerável elevação na renda dos cooperados. Essa afirmativa tem como lastro as respostas e pode ser observada na Figura 3. Para 78% dos entrevistados (46 cooperados), após o estabelecimento da Coopercuc houve elevação no poder aquisitivo, com aumento de seus rendimentos de aproximadamente 30%. Os cooperados (9, 15,2%) declararam que houve elevação no poder aquisitivo de aproximadamente 20% e 6,8% dos entrevistados (4 cooperados) declararam que houve elevação no poder aquisitivo de aproximadamente 40%. Ainda havia as alternativas de 10% e 5% na elevação na renda, porém, essas não foram assinaladas.

Seguindo a lógica da Figura 3, a pesquisa conseguiu levantar a condição de “bem-estar” dos cooperados antes e depois da cooperativa, analisando as aquisições de bens de consumo e bens duráveis por todos os cooperados ou família, uma vez que há como associados vários integrantes de cada família.

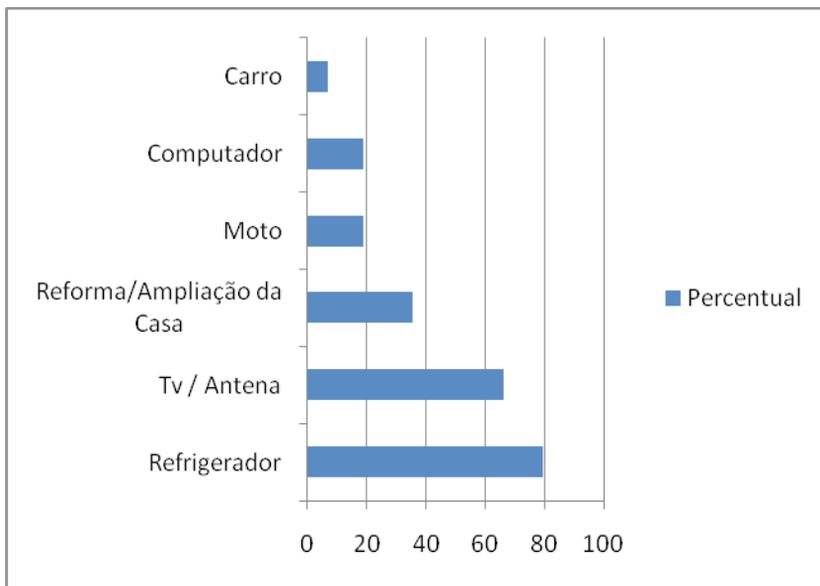
Figura 3 – Aumento de renda dos cooperados



Fonte: Dados da pesquisa.

A Figura 4 apresenta os bens e serviços que os cooperados não tinham acesso e adquiriram após integrar a Cooperuc. O refrigerador novo e mais espaçoso foi a vedete das aquisições, 79,66%; a televisão e a antena parabólica, 66,10%, amplamente justificado por todos como sendo bens que são utilizados para a casa e para a cooperativa; tanto o refrigerador quanto a Tv são ferramentas de desenvolvimento pessoal e profissional. O carro e a moto, respectivamente 6,78% e 18,64%, perdem para os gastos com a reforma ou ampliação da casa; 35,59% dos cooperados fizeram melhorias na casa. O que surpreendeu foi o alto número de associados, 18,64%, que adquiriram computadores, algo diferente em uma região com pouca ou quase nenhuma condição de comunicação. Aqueles que responderam não ter adquirido bens são associados novos com menos de dois anos de cooperados.

Figura 4 – Aumento de “Bem estar”



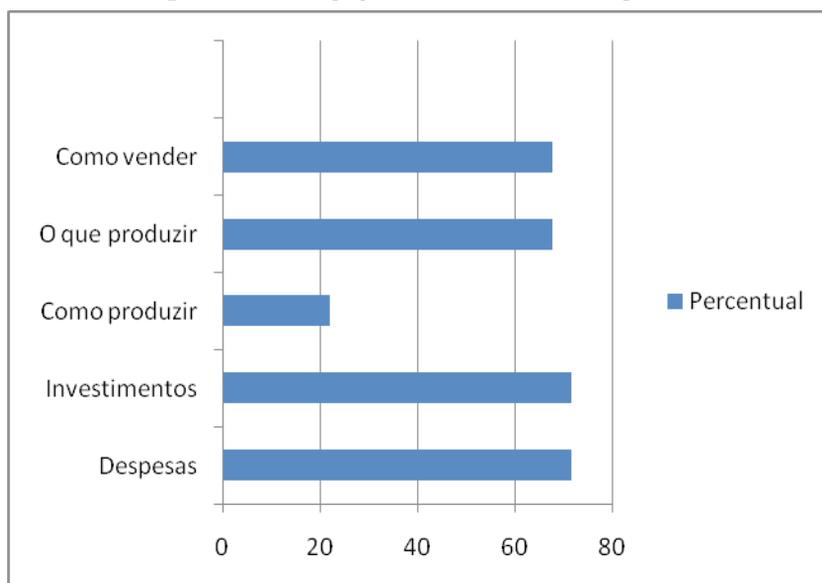
Fonte: Dados da pesquisa.

A pesquisa também identificou a qualidade das relações entre cooperado e cooperativa. Durante a aplicação dos questionários verificou-se que 100% dos cooperados declararam entender os princípios do cooperativismo e o conhecimento da trajetória cooperativa pela história. Conheciam, também, a missão e a visão da cooperativa e sua relação com a sociedade e os outros projetos cooperativos.

A participação dos cooperados nas reuniões é outro sinal da qualidade nas relações entre cooperados e cooperativa. Observou-se que 72,88% dos associados frequentam mais de 50% das reuniões trimestrais, chamadas reuniões ordinárias, e 50% das extraordinárias. Segundo Fagundes (2002), a participação dos cooperados nas reuniões, e, por consequência, participação nos destinos da cooperativa, são abaixo dos 30% dos integrantes.

A Figura 5 mostra que os cooperados têm participação democrática nas decisões dos destinos da cooperativa. Nas atividades que decidem despesas e investimentos os cooperados, 71,19%, dizem ter participado. Quando o tema foi como produzir, o que produzir e como vender, respectivamente 22%, 67,8% e 67,8% afirmaram ter participado das decisões de forma ampla e democrática.

Figura 5 – Participação nas decisões na Coopercuc



Fonte: Dados da pesquisa.

Outro aspecto que revela o bom entendimento dos princípios cooperativos desenvolvidos na Coopercuc são as respostas dos entrevistados ao questionário. Para 77,97% dos cooperados entrevistados o administrador deve buscar atender o interesse dos cooperados. Os entrevistados (100%) afirmaram que não tolerariam benefícios para o administrador cooperado, apesar de estar exercendo atividade diferente, porém, são os cooperados que mantêm o funcionamento da produção. Ainda, sobre os benefícios, todos entendem que o cargo de presidente, por exemplo, é temporário.

Quanto a contratar profissionais “de fora”, ou seja, não cooperados, 52,54% acreditam que seria mais uma forma de enfrentar os desafios de crescer com conhecimento e responsabilidade. Dos cooperados (28), 47,46%, entretanto, creem que a cooperativa deva formar “seu pessoal” para administrar a cooperativa que se espera do futuro. Utilizam, como exemplo, a formação dos grupos das miniusinas de beneficiamento nas comunidades que capacitaram os cooperados nos processos industriais para fabricação dos doces.

De acordo com os entrevistados, a capacitação dos cooperados tem ocorrido constantemente. Analisando a formação dos grupos de beneficiamento nas comunidades encontra-se integrantes de uma mesma família e, também, amigos e vizinhos antigos na mesma atividade. Foi também levantado que os cooperados não descuidam dos processos e da qualidade exigida pela fábrica-sede em Uauá, pois essa é uma exigência dos mercados e das certificadoras, fato amplamente conhecido pelos cooperados.

### ***Coopercuc e o Meio Ambiente***

A preservação do umbuzeiro como fonte de matéria-prima para a cooperativa é tema para diversos debates nas reuniões dos associados, buscando informar a todos dos tratos culturais exigidos por esta árvore para mantê-la produtiva e saudável. Embora a coleta dos frutos seja feita de forma extrativista, a atividade requer alguns cuidados para que a árvore não venha a ser danificada e se tornar improdutiva.

Entre os temas discutidos nas últimas reuniões, está o plantio de 6 mil novas mudas de umbuzeiros. Distantes, naturalmente, umas das outras, em média 30 metros por questões de sobrevivência em uma região de pouca água, o plantio de mudas com espaços de apenas 10 metros (10 x 10) causou discussões sobre a possibilidade das novas árvores danificarem as proteções naturais das mais velhas que produzem a matéria-prima.

No início deste artigo foi apresentado o conceito de desenvolvimento local sustentável, portanto este estudo não poderia deixar de verificar os efeitos sobre a natureza e sobre a cultura local. Embora não fizesse parte do planejamento inicial, os pesquisadores consultaram técnicos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) das cidades de Petrolina-PE e Cruz das Almas-BA acerca das consequências para os umbuzeiros das atividades da Coopercuc.

Nesse sentido, tanto os parceiros que financiam o projeto quanto os técnicos da Embrapa foram categóricos em afirmar: “trata-se de uma experiência e que não apresenta, ainda, respostas consolidadas sobre qualquer efeito ou possibilidades”.

## Conclusão

Conclui-se que sob a teoria do desenvolvimento sustentável a efetividade da Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaça promove ganhos sociais e econômicos para seus associados e para o desenvolvimento local.

O fato da Coopercuc se apoiar em um produto nativo é um diferencial competitivo. No conceito de desenvolvimento local sustentável as dimensões sociais, ambientais e econômicas foram observadas e equilibradas pela cooperativa nos seus usos procurando evitar o colapso de um dos recursos.

Para que haja desenvolvimento sustentável, as três dimensões devem estar em equilíbrio e em um arranjo dos fatores que possibilitem, com economicidade, poupar recursos para gerações futuras. O desenvolvimento local deve levar em conta as vocações das comunidades e a cultura da sociedade envolvida. Observando, portanto, todos os dados da pesquisa sobre a Coopercuc, é possível afirmar que a cooperativa promove o desenvolvimento sustentável se apropriando do “saber local”.

O respeito ao meio ambiente e a cultura local está claro em diversas formas. A pesquisa identificou que houve melhora na qualidade de vida dos cooperados e a real participação de todos nos destinos da cooperativa, o que decreta o estado de democracia e liberdade em cada ação.

Embora alguns autores, como Lins (2001), apontem a deficiência administrativa como fator de insucesso nos projetos de autogestão, a Coopercuc apresenta um alto grau de compreensão sobre os princípios do cooperativismo e as necessidades de especialização na administração.

A Coopercuc é um empreendimento que promove o desenvolvimento local sustentável, que seus integrantes, associados ou não, têm plena convicção do seu papel acerca do desenvolvimento do projeto e dos efeitos para a sociedade.

## Referências

- ALMEIDA, D. L. et al. *Agricultura orgânica*: instrumento para a sustentabilidade dos sistemas de produção e valoração de produtos agropecuários. *Seropédica: Embrapa Agrobiologia*, 22 p., dez. 2000. (Embrapa Agrobiologia. Documentos, 122).
- BENATO, João Vitorino Azoli. *Cooperativismo, encontros e desencontros*. São Paulo: ICA, 1994.
- BENECKE, Dieter W. *Las cooperativas en America Latina*. São Leopoldo: Unisinos, 1987.
- BRÜSEKE, Franz Josef. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CALCANTINI, Clóvis (Org.). *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez, 1995.
- BUARQUE, Sergio C. *Construindo o desenvolvimento local sustentável*. Metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- CARNEIRO, Palmyos Paixão. *Co-operativismo: o princípio co-operativo e a força existencial-social do trabalho*. Belo Horizonte: Fundec, 1981.
- COOPERCUC. Cooperativa Agropecuária familiar de Canudos, Uauá e Curaçá. Disponível em: <<http://www.coopercuc.com.br>>. Acesso em: 3 abr. 2010.

FAGUNDES, J. P. *Desenvolvimento sustentável: a teoria da emergência como indicador de sustentabilidade. Resultados preliminares de uma pesquisa*. XI Semep, Juazeiro-BA, ago. 2010a.

FAGUNDES, J. P. A contribuição da produção orgânica para manutenção da natureza e sustentabilidade dos sistemas: segundo a teoria da Emergia. *SOBER NORDESTE*, 5., 2010, Crato. *Anais...* Crato, CE, nov. 2010b. CD-ROOM.

FAGUNDES, J. P. *Estudo de caso de cooperativas de trabalho têxtil e de tecnologia: o problema da flexibilização e precarização do trabalho*. 2002. Monografia (Bacharelado em Economia) – UFSC, Florianópolis, SC, 2002.

FIÚZA, Washington. *Cooperativismo de crédito como agente de desenvolvimento local*. São Paulo: Siscoobcred, 2005.

FLORÃO, Santo Reni dos Santos. *Coopail: uma experiência no campo da cooperação*. 1995. Dissertação (Mestrado) – Campina Grande, 1995.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php>>. Acesso em: 10 maio 2010.

IRION, João Eduardo. *Cooperativismo e economia social*. São Paulo: S'TS, 1997.

LEFF, Enrique. Ignacy Sachs y el ecodesarrollo. In: VIEIRA, Paulo Freire et al. (Org.). *Desenvolvimento e meio ambiente no Brasil: a contribuição de Ignacy Sachs*. Florianópolis: Palotti; Aped, 1998.

LINS, H. N. Cooperativas de trabalho: opção frente à crise do emprego ou aspecto da crescente precariedade do trabalho? *Nova Economia*, Belo Horizonte, UFMG, v. 11, n. 1, p. 39-75, 2001.

LINS, H. N.; FAGUNDES, J. P. Cooperativas de trabalho: notas sobre sua diversidade. *Atualidade Econômica*, Florianópolis, UFSC, v. 15, n. 44, p. 15-19, 2003.

OLIVEIRA, Terezinha Cleide. *Cooperativas de trabalho: instruções para organizações*. São Paulo: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, 1996.

PEREIRA, Maria Isabel. *Cooperativas de trabalho: o impacto no setor de serviços*. São Paulo: Pioneira, 1999.

PINHO, Diva Benevides. *A doutrina cooperativa nos regimes capitalistas e socialistas*. São Paulo: Pioneira, 1996.

SACHS, Inacy. *Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SCHINEIDER, J. Odelso; LAUSCHNER, R. *Autogestão, cooperativismo e capitalismo: perspectivas econômico-cooperativas*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1982.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SIBINELLI, V. Um oásis chamado Umbu. *Revista Terra da Gente*, 35(3): 62-67, 2007.

WORLD Comission on Environment Development. In: *Declaração de Estocolmo*. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano. Estocolmo: Unep, 1972. 6p. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/\\_arquivos/estocolmo.doc](http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/estocolmo.doc)>. Acesso em: 23 jul. 2009.

WORLD Comission on Environment Development. In: *Declaração do Rio sobre meio ambiente e desenvolvimento*. Conferência das Nações Unidas sobre Meio ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Unep, 1992. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/index.phpido=conteudo.monta&idEstrutura=18&idConteudo=576>>. Acesso em: 15 jul. 2009.

ZAMBERLAN, Jurandir E. *Cooperação agrícola: melhoria econômica ou novo projeto de vida?* Porto Alegre: Fundação para o Desenvolvimento de RH, 1992.

ZORZELLA, L. S. *Coopercuc: estudo de caso para o desenvolvimento sustentável*. 2010. Monografia (Bacharelado em Economia) – Facape, Petrolina, 2010.